

#4 DIFERENCIAL



#SUCESSO NO TÉCNICO

#AVALIAÇÃO NO TÉCNICO:
INQUÉRITO À COMUNIDADE

#CRÓNICA BOMBARDA:
EM GERAL AS COISAS SÃO DIFÍCEIS

#ENGENHARIA E CIÊNCIA DE DADOS:
O NOVO MESTRADO DO TÉCNICO

#ENTREVISTA: JOÃO PAULO BATALHA

#QUEM NOS SALVA DO KARMA OCIDENTAL?

#TENHO DOIS TESTES NO MESMO DIA, À MESMA HORA,
SERÁ POSSÍVEL? SIM, ESTÁS NO TÉCNICO.

EDIÇÃO DE VERÃO

Hannah Arendt escreveu que, quando somos sujeitos ao reconhecimento público do nosso valor, a aceitação do mesmo significa não só a aceitação de um juízo exterior face ao trabalho realizado e gratidão face ao mesmo, mas também um compromisso ou obrigação perante a sociedade de continuar e persistir. Na maior parte das vezes, esse esforço não tem como objectivo o reconhecimento, mas sim um fim em si mesmo, um prazer retirado somente da realização. As edições do Diferencial foram realizadas independentemente de qualquer reconhecimento ou apreciação de mérito, provindo apenas da necessidade intrínseca que cada um de nós sentiu em fazer algo que queremos que exista, que aconteça. É um dever pelo dever Kantiano e o reconhecimento, ou falta dele, nada muda a nossa perspectiva face ao que foi atingido. Um dia, olhando para trás, havemos de sorrir para estas edições e, com ou sem reconhecimento, ter a alegria pessoal de ter feito este projecto. Agradecemos a todos os colaboradores que nos ajudaram nas nossas iniciativas e neste projecto como um todo. Com estas palavras despedimo-nos do leitor por este semestre e esperamos que a marca do Diferencial não seja apenas uma mancha borrada, mas sim um selo lacrado na comunidade estudantil. Com ou sem reconhecimento cumpriremos a nossa obrigação.

Francisco Moreira de Azevedo

DIREÇÃO

Afonso Anjos, Francisco Moreira de Azevedo e Inês Mataloto

REVISÃO

Ana Lúcia Tiago, Inês Mataloto e Miguel Martinho

GRAFISMO E EDIÇÃO GRÁFICA

Afonso Anjos

IMAGEM DA CAPA

Afonso Anjos

GESTÃO DE PLATAFORMAS ONLINE

Francisco Moreira de Azevedo

APOIOS



* - O Jornal Diferencial é escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico, mas, conforme a escolha de cada redator, os artigos que não seguirem essa regra serão assinalados com um asterisco no subtítulo.

diferencial.tecnico.pt

SUCESSO NO TÉCNICO

O modelo de ensino do Técnico tem por base um ideal de sucesso, mas, trazendo para a discussão esse ideal, o que trará ele de bom e de mau?

por João Santos

Para comparar vários modelos de educação precisamos de ser parciais, uma vez que, nessa comparação, teremos de ter como base um ideal de sucesso. Questões como que conhecimento deve ser avaliado, quais são as competências ideais de um aluno, etc., podem variar entre áreas de estudo, de universidade para universidade, mas, indiscriminadamente, são diferentes de aluno para aluno, conforme as suas ambições.

O Técnico, como escola, vai longe o suficiente e tenta difundir e valorizar nos alunos uma carreira profissional que devem seguir, e recomendar, quando não impõe, pelo seu método de ensino, um estilo de vida no aluno. Quando esta tomada de posição coincide com a responsabilidade pedagógica que a instituição tem, o Técnico acaba por desempenhar uma posição de arrogância - em que opina sobre decisões que ultrapassam o seu domínio, e tem a pretensão de assumir o destino dos seus alunos.

Esta pretensão tornou-se supostamente inatacável ou indiscutível, uma vez que a sua discussão é ridicularizada perante o sucesso que o Técnico apresenta. Esta redacção é um levantamento desse sucesso *mítico*.

A razão da existência deste tabu provoca um contra-senso quando revoga ao aluno o direito à liberdade de poder considerar por si o que é o seu sucesso, com a liberdade que nos é supostamente prometida, inerente ao facto de vivermos num país desenvolvido e numa sociedade com um mercado de trabalho diversificado.

No entanto, parte da reflexão que tem de ser feita deste método prende-se mais com perceber se este espírito de empreendedorismo auto-infligido, conveniente com a imitação, como uma tentativa de resolução standard a aplicar, terá realmente as leis do progresso do seu lado.

O maior orgulho do Técnico não é, por exemplo, ensinar ciência e perseguir de forma romântica uma sede inalcançável de compreensão do que nos rodeia, como poderia ser. O grande argumento - o

mais repetido - do Técnico aos seus candidatos é que os formados desta instituição serão os mais bem pagos quase de certeza. O ensino da ciência focada em fazer dinheiro acaba por ser um pretensiosismo que irrompe a sua própria missão de, assumidamente, querer contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

E, voltando ao ponto anterior, parte desse entrave é adjacente à metodologia de ensino no Técnico não ser compatível com cada aluno poder ter liberdade para considerar o que é para si sucesso, ou como pode chegar ao mesmo. Apesar disso, a principal razão para isso acontecer não é necessariamente a carga de trabalho imposta aos alunos, é a hierarquia pedagógica que trata os alunos da mesma forma que um *empregador modelo* do mercado empresarial atual também trata os seus subordinados, como que modelando antecipadamente os alunos.

A diferença entre o estatuto do aluno e do professor é tão grande que se torna muito difícil questionar o "superior hierárquico", inclusive na parte prática, para efeitos da aprendizagem. Isto fomenta no método pedagógico hábitos em que este é melhor ultrapassado de forma sistemática e repetitiva, sem grande espaço para questões, reforçando a ideia de hierarquia maquinizada.

A reflexão que considero que tem de ser feita, com todo o respeito pela falta de meios de infraestrutura ou de docência correntes, é se esta fórmula de ter um método pedagógico assim-assim com um método de avaliação exigentíssimo - que mantém a reputação do Técnico no altar dos avarentos - não será antes a fórmula fácil.

Há a possibilidade de manter a fórmula que já se diz resultar muitíssimo bem ou, por outro lado, de refletir sobre o que o aluno tem a perder neste modelo.

Os que saírem serão de facto ótimos trabalhadores, e isso será o que poderá ser dito deles, para o bem e para o mal, para a saúde e para a doença (talvez mental) e para a riqueza mas não para a pobreza. Mas há ainda outras formas ainda melhores de falar dos graduados do Técnico.

AValiação NO TÉCNICO: INQUÉRITO À COMUNIDADE

A avaliação nas universidades raramente tem o foco necessário. Perguntámos aos alunos da comunidade do IST o que achavam sobre este tema: será justa? É possível melhorar? Em que aspectos? *

A avaliação é um dos pilares das universidades, é o processo através do qual se valida o conhecimento dos alunos para que progridam ao longo do curso. É uma parte vital que ao mesmo tempo tem o potencial de ser subjectiva e dúbia. É necessário que tanto os professores como os alunos tenham uma ideia bem definida do objectivo da avaliação e como concretizá-lo. Neste inquérito quisemos obter as estatísticas necessárias da comunidade do IST para que seja possível, primeiro, identificar o nível da avaliação (se reflecte o que foi aprendido, se é justa, se é adequada, se é completa) e depois identificar quais as falhas, os problemas que precisem de atenção. Um dos propósitos é estimar quão bem definido está o conceito de avaliação, o seu objectivo e a distinção entre as suas várias formas na comunidade estudantil. O inquérito suplementa e incide também nos QUC's realizados semestralmente, pois estes são geralmente a ferramenta utilizada para saber o estado actual da avaliação no Técnico. Obtivemos mais de 200 respostas distribuídas de forma semelhante entre os 5 anos usuais de um curso de mestrado integrado. A maioria das respostas (72%) foram de alunos de mestrado integrado invés de somente licenciatura (15%) ou mestrado (13%).

Análise de Resultados

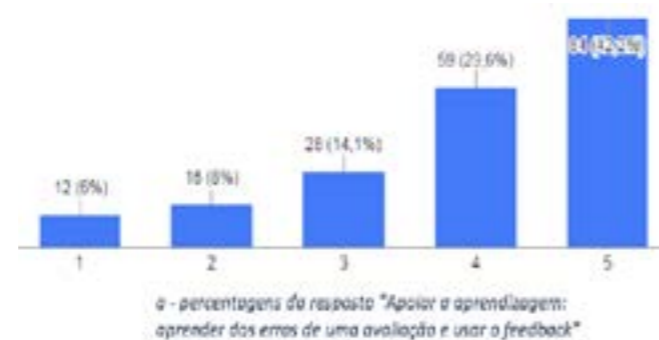
As respostas foram dadas num formato de escolha única numa escala de 1-5 cuja resposta dependia da pergunta (na maioria "1" correspondia a "não concordo" e "5" correspondia a "concordo bastante").

Qual é, para ti, o objectivo da avaliação?

Nesta pergunta a maior parte dos alunos (88% em conjunto na escala 4 e 5) concordaram que o objectivo é o aluno aprender e dominar o conhecimento de uma Unidade Curricular (UC). A resposta "Seria os alunos separando-os em níveis quantitativos" teve

resultados equitativos (~20%) em toda a escala de 1-5, pelo que são inconclusivos, visto que as respostas divergem. A resposta a realçar é "Apoiar a aprendizagem: aprender dos erros de uma avaliação e usar o feedback" que obteve bastante apoio:

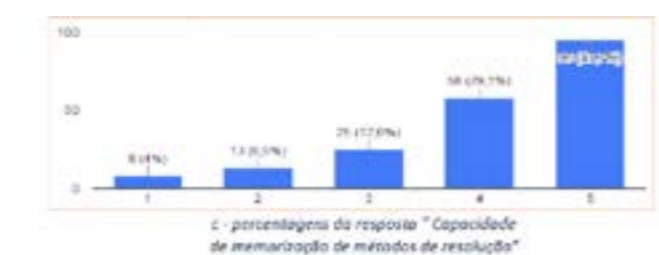
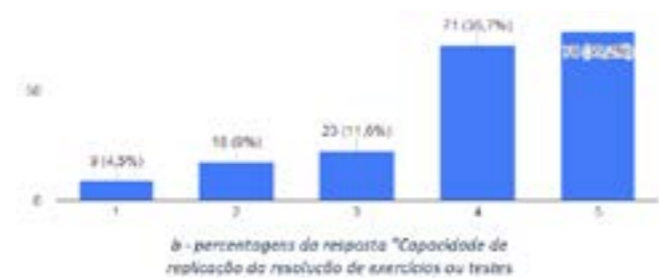
por Francisco Moreira de Azvedo



O que pensas que é avaliado no IST (qual é o objecto de avaliação)?

Esta pergunta obteve algumas respostas surpreendentes e outras dentro do esperado. As mais expressivas foram as representadas nas figuras:

As respostas das fig. B e C demonstram que maior

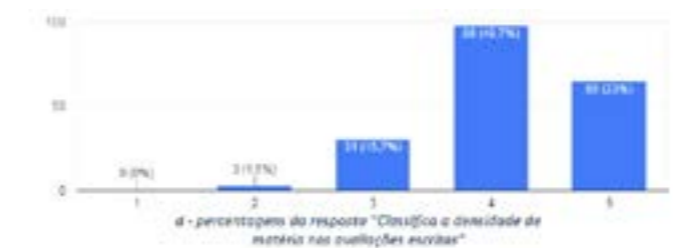


parte dos alunos concordam que a componente mais avaliada é na realidade "Capacidade de replicação da resolução de exercícios ou testes tipo" (média de 3.84) e "Capacidade de memorização de métodos de resolução" (média de 4.10). Os alunos concordaram que a capacidade de concentração durante longos períodos de tempo também é avaliada tendo a resposta tido média de 3.59 (de 1-5) nessa pergunta. Na parte dos conceitos fundamentais a média foi menos expressiva (3.44). Os alunos também julgaram que a qualidade das cábulas não é uma das componentes importantes a serem avaliadas (média de 2.71). O mais surpreendente é que os alunos concordam que a "Capacidade de resolver problemas reais com base no conhecimento adquirido" não é uma das componentes avaliadas, com média de 2.32 (a mais baixa de todas as respostas deste grupo).

Será a avaliação justa? Aspectos a melhorar

Quando perguntados sobre se a avaliação é justa, os alunos tiveram uma resposta neutra (2.96) o que indica que as avaliações poderiam ser mais justas apesar de estarem num nível razoável. A maior parte dos alunos concorda que a duração das avaliações é normal, mas a estatística indica que por vezes não se adequa ao conteúdo a ser avaliado (na resposta "A duração das avaliações adequa-se ao conteúdo a ser avaliado?" a média foi 2.77). A resposta mais expressiva foi à pergunta "Classifica a densidade de matéria nas avaliações escritas":

Com média de 4.10 (sendo 1 "Pouco Densa" e 5



"Muito Densa")! Isto indica que a esmagadora maioria de alunos do Técnico concorda que os testes têm uma densidade de matéria muito alta. Na pergunta "A avaliação reflecte aquilo que foi ensinado?" a média foi de 2.67 o que indica que uma parte significativa dos alunos pensa que a avaliação não reflecte o que foi ensinado.

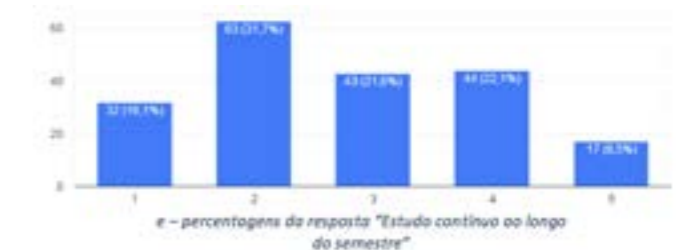
Avaliação Pontual e consequências

A avaliação pontual é a realizada por 1-2 testes ou exame no final do semestre. Neste grupo de questões tentámos perceber como os alunos se adaptam a este tipo de avaliação e o que a mesma promove.

A Avaliação Pontual promove:

Os alunos concordaram que "Decorar conceitos", "Decorar métodos de resolução" e "Adaptação aos exercícios e testes tipo" (com média de 3.77, 4.12 e 3.92 respectivamente) eram as componentes mais promovidas através de avaliação pontual. Houve uma reacção mista ao responder se a avaliação promovia "estudo contínuo ao longo do semestre":

Com média de 2.75. Esta resposta revela uma



componente subjectiva (podem ser mais opiniões do que factos empíricos) contudo cerca de 47% dos alunos não concorda que a avaliação pontual promove "estudo contínuo ao longo do semestre". Vendo o lado positivo, a resposta "Desenvolver raciocínio metódico e sequencial" teve algum apoio com uma média de 3.22.

Relevância e validade dos QUC's

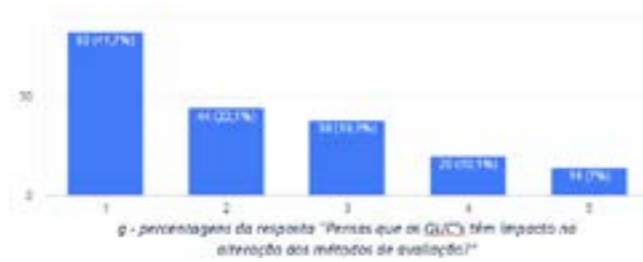
Os QUC's têm apenas duas perguntas sobre a avaliação realizada aos alunos em todo o questionário. Os alunos tiveram uma reacção mista ao responderem se as perguntas sobre avaliação nas UC's eram relevantes, embora a média (3.26) indique que existe uma tendência para concordar que sim. Esta conclusão é contrariada drasticamente nas respostas seguintes:

Uma maioria significativa dita que as perguntas



actuais não permitem identificar de forma clara os problemas (com média de 2.36). Ainda mais expressiva é a resposta seguinte:

Que indica que os alunos pensam que os QUC's não têm impacto na alteração dos métodos de avaliação, tendo a média mais baixa de todas 2.19, o que realça o quanto os alunos convergem na sua resposta a esta pergunta.



*Não escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico

CONCLUSÕES

Ao enquadrar o que os alunos pensam que é avaliado com o que a avaliação pontual promove, nota-se uma correlação entre os dois, o que significa que as expectativas dos resultados deste tipo de avaliação se concretizam na realidade. Pergunta-se se decorar conceitos ou métodos de resolução será mesmo o que se quer avaliar. Serão essas as capacidades mais importantes ou valiosas para um aluno que entra no mercado de trabalho? O IST é referenciado como a melhor escola de engenharia do país, mas a que se deve este título?

A avaliação deveria incidir sobre aquilo que mais útil e necessário é para o futuro de um aluno: as bases teóricas necessárias, aprender como integrar diversas fontes de conhecimento ao longo do curso e acima de tudo desenvolver a capacidade de resolver problemas. Este inquérito indica que se avalia sobretudo a primeira componente. Mas isso deixa de lado outras componentes igualmente essenciais. E se a reputação é de que os alunos do Técnico são capazes e bem formados, então só pode significar uma de duas coisas: ou as outras componentes são menos relevantes (o que é errado, visto que a teoria por si só é pouco relevante no mercado trabalho) ou os alunos acabam por as desenvolver autonomamente durante o curso e ao se enquadrarem no mercado trabalho.

A conclusão final é: o IST testa os limites dos seus alunos, exigindo muito deles. A forma como exige pode não ser a certa, mas atinge um resultado final desejável. O net result dos alunos do IST traduz-se em indivíduos com grande estofa intelectual e emocional em comparação com outros no mercado trabalho. São a persistência, a autonomia, a criatividade, o rigor e outras características que nos distinguem. Mas nada disto é avaliado, são apenas efeitos secundários de uma avaliação que é exigente, certo, mas que no fundo deveria avaliar também outros componentes que não avalia e que poderiam elevar ainda mais o seu estatuto internacional. Existe ainda o facto de que o IST atrai os melhores alunos nacionais devido à sua reputação. É de esperar que os alunos com maior potencial acabem por concretizá-lo, importa saber quão fulcral é o papel do IST na sua evolução face a outras faculdades. Os louros dos bons resultados devem-se na maioria aos alunos por terem uma constante vontade de superar os desafios e de suplementar aquilo que o Técnico fornece. Por isso é que digo: no IST, a escola é feita pelos alunos.

EM GERAL AS COISAS SÃO DIFÍCEIS

As generalizações são úteis para hierarquizar e relacionar as diversas coisas que sabemos. Porém, há que ter cuidado com a seriedade com que se tomam os seus conteúdos. Uma generalização é sempre uma simplificação e toda a simplificação, quando é usada, carece de limites de aplicabilidade, ou seja, exige que se lhe sejam juntadas fronteiras de validade. *

por César Bombarda

O problema do movimento de um projectil em duas dimensões, sujeito apenas à força da gravidade, é emblemático. Com pouca tecnologia matemática chega-se a uma conclusão intuitiva: um projectil, nessas condições, descreve uma trajectória parabólica. Pela altura em que este assunto é ensinado, é costume haver uma nota de rodapé a acompanhar as equações: descrever um projectil real requer que se tome em consideração outros factores, como a sua área de superfície ou a resistência do ar. Num dia ventoso ninguém espera que uma parábola descreva com exactidão o movimento de uma bola insuflável atirada ao ar. Com efeito, só uma desatenção extrema, ou um imenso cansaço intelectual, justificam que se aceite que uma solução simples possa fazer uma descrição fiável de um caso de complexidade superior. A solução simples é apenas o ponto de partida na dissecação da questão.

Tal como a parábola para o movimento do projectil, também as generalizações, quando tomadas isoladamente, são simplificações cujo propósito é servir de guia a uma análise mais detalhada. As generalizações permitem recolher aquilo a que se pode chamar "efeitos de primeira ordem" de um dado conjunto de observações. Bom exemplo disso são os comentários que se ouvem a turistas ou emigrantes quando regressam ao seu país: costumam ser observações grandiosas, como por exemplo "os habitantes daquele país são todos assim" ou "o país onde estive é o mais bonito do mundo". Obviamente que observações desta natureza, caso fossem esquadrihadas, revelar-se-iam pobremente justificadas, mas para quem quer falar de maneira rápida acerca de um dado assunto, não há tempo a perder com detalhes - sai uma generalização e fica a coisa resolvida. Em situações como a descrita, que abundam no contexto da conversação de circunstância, as generalizações são usadas de maneira a dar versatilidade à comunicação, i.e., de maneira a agilizar a cadência

Afinal, qualquer tema se torna mais digerível quando se omitem os detalhes.

As generalizações são, por isso, necessárias para tornar as conversas mais apelativas, criando pontos de referência e estimulando a curiosidade e imaginação dos intervenientes. Qualquer um já as usou, por descuido ou por preguiça, e com certeza que já engoliu umas quantas em nome da fluidez da comunicação. Muitas das generalizações usadas no dia-a-dia são de natureza inofensiva, de tal modo que raramente há necessidade de aferir a exactidão das mesmas. Se alguém disser que só há sopas quentes, qual é o problema? Certamente que os sentimentos do gaspacho não sairão melindrados. Esta familiaridade com as generalizações e o seu consequente carácter insuspeito, tornam-nos lassos, descuidados e deixam-nos à mercê da armadilha que constituem. Da mesma maneira que a posição errada, mas confortável, com que nos sentamos num sofá nos pode, a longo prazo, provocar um torcicolo ou uma contractura, o conforto intelectual proporcionado pelos enunciados simples das generalizações também pode dar origem a condições indesejáveis como a xenofobia ou o racismo.

As generalizações são ferramentas formidáveis para organizar ideias, para mapear o que sabemos em formato de rascunho. Tomar as generalizações como factos estabelecidos e cristalinos e usá-los por si só como justificações para o que quer que seja é cómodo, mas também é insidioso. A segurança intelectual proporcionada pelas generalizações é uma armadilha epistemológica capaz de deformar de modo nefasto a percepção do que nos rodeia. Em geral, as coisas são sempre complicadas e é muito trabalhoso o processo de as compreender; uma generalização não basta. A verdade é que sabe-se sempre pouco sobre o que quer que seja.

*não escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico

ENGENHARIA E CIÊNCIA DE DADOS: O NOVO MESTRADO DO TÉCNICO*

No passado dia 29 de Março, o Conselho de Escola do Instituto Superior Técnico aprovou a proposta de criação do curso de Mestrado em Engenharia e Ciência de Dados. A proposta, levada a cabo por uma parceria entre os departamentos de Matemática, de Engenharia Electrotécnica e de Computadores e de Engenharia Informática, vem responder à crescente procura de recursos humanos com competências na análise de grandes quantidades de informação. *

por Miguel Ferreira

O número de empregos na área da Ciência de Dados vai aumentar cerca de 40% até 2020. Esta é uma das previsões feitas por um recente estudo(1), produzido em parceria pela IBM, pela Burning Glass e pelo Business-Higher Education Forum, com foco nos Estados Unidos da América.

A partir dele pode inferir-se com segurança que a tendência para outros países industrializados seja semelhante, já que as principais áreas a recrutar - Finança, Seguros e Tecnologias da Informação - estão bem implantadas em economias avançadas.



A relação umbilical que a maioria das pessoas tem com a internet - acesso a bens e serviços, entretenimento, socialização, etc - resulta na produção de enormes quantidades de dados. Estes dados, após o devido processamento, têm o potencial de sustentar conclusões acerca de tendências e hábitos gerais do grupo de indivíduos que os produziram. Armazenar e organizar estes dados, bem como extrair informação relevante a partir deles e encontrar modos eficazes de os adquirir tornam-se, neste contexto, actividades fundamentais. É sobre isto que se debruça a “Ciência de Dados”.

A formação em Ciência de Dados requer o domínio de um conjunto de disciplinas e técnicas que já são leccionados, embora estando dispersas por cursos diferentes, no Instituto Superior Técnico. Sendo assim, os departamentos de Matemática, de Engenharia Electrotécnica e de Computadores e de Engenharia Informática propuseram a criação de um Mestrado em Engenharia e Ciência de Dados. Este 2º ciclo de estudos, aprovado em Conselho

de Escola no passado dia 29 de Março, visa, objectivamente, a formação de recursos humanos especializados na área da Ciência de Dados.

A criação deste novo ciclo de estudos alinha-se com programas semelhantes já criados em outras instituições como a Universidade de Berkeley, a Universidade de Stanford ou o M.I.T. e tem como público alvo alunos e profissionais que tenham licenciatura ou mestrado em matemática, estatística, engenharia, economia, gestão e áreas afins.

O plano de estudos proposto distingue-se pela versatilidade.

Dos 120 ECTS a realizar, 30 deles correspondem a um conjunto de disciplinas obrigatórias enquanto outros 60 devem ser obtidos através de unidades curriculares escolhidas por cada aluno. Os restantes 30 ECTS ficam reservados para a tese de mestrado que deve, forçosamente, ser realizada sob co-orientação de dois docentes pertencentes a departamentos diferentes do conjunto dos departamentos responsáveis pelo Mestrado em Engenharia e Ciência de Dados.

O processo de aprovação deste ciclo de estudos ainda não terminou pelo que “a previsão é que o novo mestrado fique disponível no ano lectivo de 2018/19”, disse ao Diferencial o Professor Francisco C. Santos, um dos responsáveis pela proposta.

(1) <https://public.dhe.ibm.com/common/ssi/ecm/im/en/iml14576usen/IML14576USEN.PDF>

*não escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico



JOÃO PAULO BATALHA: “O ESTADO FOI FRACO COM OS FORTES E FORTE COM OS FRACOS”

João Paulo Batalha é membro fundador da Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC). Licenciado em História, com um Minor em Sociologia Histórica e Política pela Universidade Nova de Lisboa, trabalhou como jornalista e repórter freelancer em vários órgãos de comunicação social. Em 2010, foi co-fundador de uma empresa de consultoria de comunicação, da qual se desvinculou em 2014 para assumir funções a tempo inteiro na TIAC, as quais completou em Novembro de 2016. Atualmente, trabalha como consultor de comunicação. Foi um dos membros do painel do debate a propósito do livro “Corrupção e Pecado”, escrito pelo actual Papa. O Diferencial entrevistou João Paulo Batalha a propósito da corrupção em Portugal e consequentes efeitos, nomeadamente na educação. *

por Inês Mataloto

Dif: No lançamento do livro “Corrupção e Pecado”, disse que a Associação Transparência e Integridade, a qual preside, analisou o Memorando de Entendimento, em 2011. Disse ainda que as medidas para a classe média-baixa aconteceram a duplicar, enquanto as negociações com os grandes grupos não aconteceram ou aconteceram de forma ligeira. O processo de resgate podia ter sido mais suave?

JPB: Não só podia, como estava previsto que os sacrifícios fossem mais bem distribuídos. Basta reler o memorando. Em vez disso, a famosa “saída limpa” do resgate foi um mito. Não foi limpa, porque deixou um rasto de agravamento da pobreza e aprofundamento das desigualdades sociais. E nem sequer foi saída, porque deixou intocados os problemas estruturais da economia portuguesa, a começar pela dívida pública que tinha sido a causa

do resgate. Todos sentimos isso na pele: no que toca a cortes de programas sociais, redução de salários e austeridade para a classe média, seguiu-se o hoje famoso “ir para além da troika”. No que implicava fechar a torneira a negócios como as Parcerias Público-Privadas ou os subsídios para o sector energético, tivemos uma austeridade suave, ou mesmo austeridade nenhuma. Pior ainda, a forma como foram feitas as privatizações neste período - sem um mínimo de transparência, sem

“(…)no que toca a cortes de programas sociais, redução de salários e austeridade para a classe média, seguiu-se o hoje famoso “ir para além da troika”

avaliações independentes, sem garantias de ampla concorrência – só criou mais oportunidades para o saque de bens públicos. No final, o resgate foi uma oportunidade perdida. Deveríamos ter feito reformas profundas no funcionamento do Estado, que trouxessem mais eficácia, mais transparência e menos riscos de corrupção. Limitámo-nos a atirar dinheiro para dentro do buraco, sem tocar em nada de estrutural.

Dif: Neste caso, considera que a grande problemática foi causada maioritariamente pelo governo e não pelo memorando? E esta parcimónia relativamente aos grandes grupos ocorreu por corrupção pura de quem praticou as acções, ou caímos no “se não os podes vencer, junta-te a eles”?

JPB: À medida que o memorando ia sendo implementado, ficou claro que havia uma espécie de pacto silencioso entre o Governo e a troika – especialmente a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu – para apresentar o resgate português como uma história de sucesso, desse por onde desse. As instituições europeias queriam

“Cada um de nós tem de estar seguro do seu lugar na sociedade, da sua voz e do seu direito a ser ouvido

afastar o fantasma de novos resgates e mostrar ao mundo que a crise crónica da Grécia era um caso isolado. Por isso, a troika não se inquietou minimamente com a forma como foram feitas as privatizações, não cuidou de ver todo o lixo que estava no balanço dos bancos – e para o qual nós especificamente alertámos – não se preocupou com as situações gritantes de conflitos de interesses de muitos responsáveis que apareciam a negociar em nome do Estado, mas tinham ligações aos grandes grupos económicos com quem estavam a lidar. Portanto, houve claramente incentivos políticos para fechar os olhos a muito do que se estava a passar, para não pôr em causa a narrativa da “saída limpa”. Mas no fim, as contas têm de bater certas e o resgate foi sendo renegociado para que o Estado, que estava a ser fraco com os fortes, fosse forte com os fracos, para compensar. De caminho, fizeram-se

negócios muito pouco transparentes e muito lesivos do interesse público.

Dif: São mais os “dinossauros” da corrupção ou aqueles que, não os podendo vencer, se juntam a eles?

JPB: O problema da corrupção em Portugal não é tanto de quantidade, mas de qualidade. Não há indicadores que nos permitam dizer que a maioria dos funcionários públicos, ou sequer a maioria dos políticos, é corrupta. O que acontece é que nalguns grandes negócios, que mexem com enormes recursos públicos, o processo de decisão está capturado por interesses privados que conseguem influenciar as decisões a seu favor, para lucrarem em prejuízo do interesse geral. Ficou conhecido o caso dos subsídios energéticos: quando o então secretário de Estado da Energia tentou reduzir as rendas que o Estado paga às produtoras elétricas, a estratégia de atuação que ele enviou para o gabinete do primeiro-ministro não tardou a cair nas mãos da EDP. Essa foi uma das políticas que ficaram para trás. Quando as decisões são tomadas num círculo muito restrito, sem transparência nem prestação de contas, basta capturar alguns actores-chave para o sistema ficar completamente desequilibrado. É isso que temos hoje. Monopólios de decisão que protegem interesses privados em vez do interesse público. E uma classe política e uma sociedade civil ainda pouco capazes de reverter este estado de coisas.

Dif: Como é que a crise e a má aplicação do memorando acabaram por se refletir na educação?

JPB: Quando falta o dinheiro corta-se em tudo menos na corrupção. Para mantermos os privilégios de alguns grupos económicos e financeiros, tivemos de cortar em serviços essenciais. Nas escolas aumentou-se brutalmente o número de alunos por turma e reduziram-se as atividades extra-curriculares para poupar dinheiro. Nas universidades cortou-se o financiamento até ao osso. Para resolver problemas de emergência financeira imediata adiámos o investimento no futuro. E fizemos isso em boa medida porque os políticos não quiseram, e continuam a não querer, afrontar poderes instalados.

Dif: A inércia relativamente à corrupção ocorre

maioritariamente por uma assunção fatalista do tema ou por iliteracia?

JPB: Uma alimenta a outra. Falta literacia cívica e política em Portugal. Muitos cidadãos, mesmo escolarizados, não sabem como funciona a Administração Pública e o Estado, não conhecem as leis, não sabem exercer os seus direitos. Isso impede-os de participar na vida pública e deixa o campo aberto a quem se quer aproveitar do Estado para seu benefício particular. O cidadão fica reduzido à resignação e ao fatalismo. Temos de investir nesta literacia cívica. Cada um de nós tem de estar seguro do seu lugar na sociedade, da sua voz e do seu direito a ser ouvido. Não temos de comer e calar.

Dif: Muitas vezes, as acções fraudulentas ou pouco transparentes são patentes até mesmo nas associações e grupos académicos, o que acaba por gerar desconfiança e desinteresse por parte da maioria dos estudantes. Esta situação é o reflexo da corrupção a uma escala menor, ou são dois fenómenos completamente diferentes?

JPB: Eu diria que há tantos riscos de corrupção nalgumas associações académicas como há em muitas instituições públicas. E não necessariamente em menor escala. Há hoje associações de estudantes que movimentam verdadeiras fortunas, quer em subsídios atribuídos pelas Universidades, quer em dinheiro ou outras vantagens das empresas que patrocinam as festas académicas. Quando a este dinheiro se juntam níveis baixíssimos de transparência e prestação de contas, temos um ambiente que convida ao abuso. E isto torna-se pior ainda quando as associações académicas se transformam em satélites das juventudes partidárias, que não são propriamente escolas de virtudes cívicas.

Dif: Como é que se envolvem os jovens na política e nas problemáticas a ela associadas?

JPB: Podia reverter a questão: em vez de perguntarmos o que é que a política e organizações da sociedade civil fazem para envolverem os jovens, o que fazem os jovens para se envolverem na vida pública? A atividade política está muito contaminada por lógicas de tribo próprias dos partidos que alimentam redes de amizade e cumplicidade política e facilmente esquecem o bem comum. Isto é obviamente desmotivador, mas essa desmotivação é útil para os partidos, porque se as pessoas deixam de participar e até de votar, melhor para eles. Passam a preocupar-se apenas

“É um círculo vicioso em que trocamos uma democracia de cidadãos por uma democracia de clientes.”

com as suas clientelas e deixam de falar para o eleitorado. É um círculo vicioso em que trocamos uma democracia de cidadãos por uma democracia de clientes. O papel de alguém que está a começar a sua vida cívica é envolver-se. Em grupos formais ou informais, procurando pessoas com quem partilhe preocupações e pontos de vista, organizando-se. A corrupção nasce da desorganização social e só se mantém pela inércia dos cidadãos que não se levantam e se opõem quando devem. Por isso, a resposta tem de ser mais organização e menos inércia. Que começa por valorizarmos o nosso contributo. Este não é um trabalho para outros fazerem, é algo em que todos devemos participar, não só com espírito cívico, mas com alegria e orgulho. Porque fazer o trabalho difícil é um motivo de orgulho, é algo que nos dá uma voz e um propósito. Tem de haver uma certa alegria no ativismo.

*não escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico

“A corrupção nasce da desorganização social e só se mantém pela inércia dos cidadãos que não se levantam e se opõem quando devem.”

QUEM NOS SALVA DO KARMA OCIDENTAL?

por Miguel Martinho

O último festival da Eurovisão terminou com uma categórica vitória portuguesa através da voz de Salvador Sobral e da letra da sua irmã Luísa que, com uma música simples, emotiva e cantada em português, foram capazes de conquistar o interesse do público internacional. A música e o artista transformaram-se num fenómeno nas redes sociais com hashtags como #salvadorable a dominarem por completo o panorama nacional. Pode-se dizer que a canção desempenhou com sucesso aquilo que é suposto uma canção concretizar: através da voz e trejeitos do Salvador, conseguiu transmitir a sua mensagem, até mesmo para os desconhecedores da língua portuguesa, ultrapassando a barreira linguística sem grande esforço. Alguns deles terão até tido a curiosidade de averiguar de que tratava, ao certo, a música.

Porém, todo este elã criado à volta da música “Amar pelos dois” serviu para esconder outras boas músicas, uma delas a “Occidentali’s Karma” do concorrente italiano Francesco Gabbani. Para além da coreografia com um símio dançante, a música apresenta um estilo divertido e trocista para transmitir uma mensagem mais profunda. “Occidentali’s Karma” constitui-se como uma sátira à sociedade ocidental; uma sociedade dominada pelo consumismo e pelas aparências, esvaziada de qualquer espiritualidade, e onde a arte, a filosofia e a ciência



Fonte: escxtra.com

são utilizadas meramente com o propósito de alimentar esta sociedade. A música abre logo com a questão “Ser ou ter de ser”, uma fusão da famosa passagem de Hamlet com o título de uma obra do psicanalista Erich Fromm “To Have or to Be?”, para referir o actual dilema do homem ocidental: optar por ser aquilo que é, ou deixar-se levar por aquilo que tem de aparentar ser. A música prossegue com a constatação de que “a inteligência está fora de moda”, tendo sido substituída por “internetologia”, onde todos vivem nas suas bolhas, fazendo uso da Web para validarem as suas teorias sobre o que os rodeia, por mais desfasadas que sejam da realidade. A Web e as redes sociais são referidas como “o ópio dos pobres”, numa clara alusão à citação de Karl Marx de que “a religião (...) é o ópio do povo”, onde a religião é substituída por estas novas formas de tribalismo cibernético. Quanto ao refrão, são feitas várias referências ao Budismo e ao Yoga como formas que as pessoas ocidentais encontraram para escapar à agressividade e transitoriedade da tumultuosa vida ocidental, insinuando

ligeiramente a possível trivialização e apropriação de outras culturas. Estes versos apresentam o propósito principal da música: expor a situação ridícula em que se encontra actualmente o mundo ocidental. Por um lado, existe uma tentativa de exportar os seus valores, cultura, sistemas políticos e económicos, ou seja, uma ocidentalização do resto do mundo (como o próprio título sugere, ao usar um apóstrofe como se fosse inglês, numa alusão à anglicização). Por outro, existe uma tentativa de escapar ele próprio das suas construções, procurando uma revitalização em traços de outras culturas. É aqui que surge o símio a dançar, em justaposição com o homem ocidental moderno, que se encontra no que parece ser uma minka (casa tradicional japonesa). Esta coreografia a dois serve para lembrar que o homem não deixa de estar muito próximo dos seus familiares mais peludos, e que tudo aquilo que adquire não passa de uma tentativa vã de se distinguir destes. Por isso mesmo, mais vale reconhecer o ridículo, mudar o que está mal, abraçar aquilo que há em comum...e dançar.

TENHO DOIS TESTES NO MESMO DIA, À MESMA HORA, SERÁ POSSÍVEL? SIM, ESTÁS NO TÉCNICO.

A saga de um estudante do Técnico que se sente injustiçado e que luta pela reposição da justiça. (Artigo originalmente publicado no site a 18 de Maio do corrente ano)

por Afonso Anjos

Certamente que já te sucedeu inscreveres-te em cadeiras de anos diferentes. É normal, acontece a todos. Provavelmente, até saís contente do Fenix e agradeces ao Nosso Senhor Arlindo por te deixar inscrever àquelas cadeiras que há tanto te esforças por fazer, mas que, ou por os bancos dos GA’s - cheios de louvores às raparigas de Química e exultações às virtudes da genitália dos machões de Mecânica - serem mais interessantes do que os ninjas do prof, ou porque Nosso Senhor ainda não te deu forças para as concluir, estas cadeiras continuam a ser aquela pedra no sapato que não te larga. No entanto,

confiante de que, apesar das adversidades, as coisas vão correr bem, arriskas a tua sorte e os 40.5 ECTS deixam de ser apenas uma oportunidade putativa e passam a ser uma esperança, o “grande objetivo”.

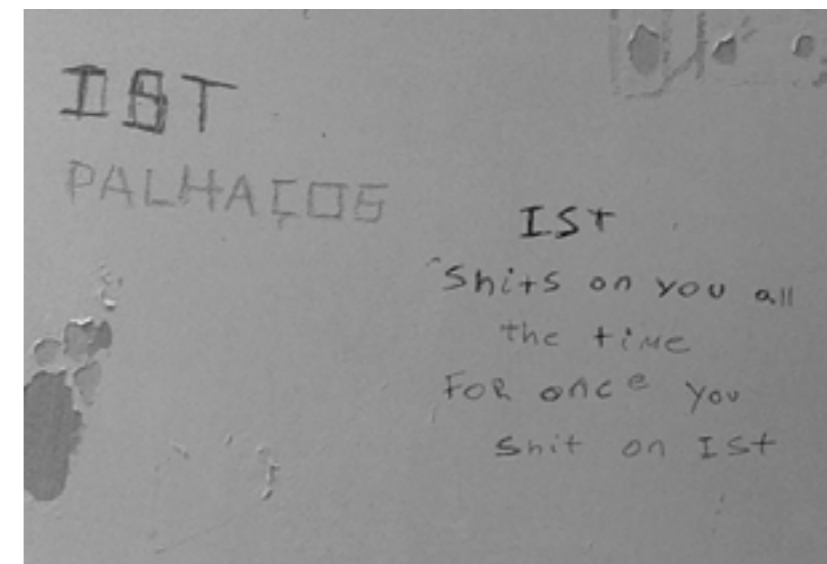
“Vamos a eles!”, pensas tu.

O semestre começa bem. Não há uma aula que faltes, e até já quase tratas alguns dos profs por tu.

Depois... sem dares por eles, chegam os primeiros testes.

Que limpeza! Venham mais.

Com o calor, tudo o que é sensível aos UV esconde-se. “Ó porra! Estão dois gatos pingados na sala. Onde é que se meteu toda a gente? Está tudo no marquês? Ou o papa confundiu a Alameda com a Cova da Iria e o pavilhão Central com o Santuário de Fátima?” Pouco importa. O “grande objetivo” configura-se como uma realidade quase palpável, e isso é o que mais te interessa!



Nas salas de aulas, bem que te esforças para que liguem ‘o ar condicionado’, mas em vão. Sais das aulas ensopado e chegas a casa ainda mais. Abres o frigorífico e tiras a caixa com o que sobrou do jantar de fim de curso do teu irmão (“Segue o bom exemplo do teu irmão”, dizem-te aqueles que te financiam o curso.)

Depois de saciada a fome, ligas o teu instrumento eletrónico de eleição para ver o quão lixado ficou o teu amigo, por teres deixado uma provocaçãozinha na sua nova amizade com aquela loura que vai sempre para o mesmo sítio no espaço 24. Abres o browser, e carregas no ‘F’ e... à frente do ‘F’ surge enix.tecnico.ulisboa.pt “Oh lá! Ando aplicado”, pensas. Clicas.

Scroll down - nada de novo. Às tantas comesças a ver as datas dos últimos testes.

“Duas semanas, três semanas. Este é quase em

Julho. Sem pressão.” Uns segundos depois, a calma dá lugar ao pânico e, dum instante para o outro, Nosso Senhor Arlindo, passou a ser Arlindo, filho de Maria Madalena (ou outra digna do epíteto).

“Dois testes no mesmo dia? À mesma hora? Impossível!” Não queres acreditar, mas é a dura realidade.

O que fazer?

Poresta altura, depois de dominado o pânico, passar-te-ão, pela cabeça, inúmeros esforços que consideras capazes de reunir as condições necessárias para resolveres o problema. Professores responsáveis das cadeiras, delegado de curso, coordenador de curso e, claro está, o Conselho Pedagógico, o CP.

A partir daqui, é melhor prevenires-te com um bom impermeável para te protegeres de toda água que vai ser projetada dos capotes das entidades supramencionadas.

“Fale com o coordenador”, diz-te um dos professores responsáveis.

“Tem de ver isso com o delegado do curso”, diz-te o outro professor.

“Quem tem de resolver isto é o delegado, o CP e os professores responsáveis”, diz-te o coordenador.

Vais assistindo ao pingue-pongue enquanto o delegado, de início solícito, afiança-te que vai fazer tudo aquilo que pode, mas que já sabe, de antemão, que não vai servir de nada. Que tudo vai ficar na mesma.

No meio disto, contas também com a inflexibilidade dos professores em fazer o teste noutra ocasião.

Não sabes para onde te virar. Envias uns emails na esperança de uma mudança.

Dias depois, decides tomar o pulso da situação. O delegado acabou a ver o seu vaticínio confirmado pelo Conselho Pedagógico. Constatas, frustrado, que a dura realidade é também triste e vergonhosa. Aquela que se auto-intitula “A melhor escola de engenharia do país” é incapaz de reconhecer e corrigir os erros

que ela própria cria e é indiferente às manifestações de indignação dos alunos.

Se tiveres sorte, podes contentar-te em fazer um dos testes na repescagem. Se não, o recurso. Se correr mal. Paciência! A culpa não é tua, de certeza. Mas também não é do Técnico. Será, talvez, do Espírito Santo.

Amém

(ATUALIZAÇÃO: Depois de muita insistência junto do delegado de curso e de algumas ameaças de exposição por escrito à reitoria do que se estava a passar, o problema acabou por se resolver. A prova de que, mesmo em tempo de apatia e ausência de solidariedade, vale a pena insistir naquilo que achamos ser justo e a que temos direito.)

Diferencial o jornal que marca a diferença

não nos integramos porque **ficaria tudo na mesma**

**vem marcar a diferença
connosco**

contacta-nos através de
diferencial.ist@gmail.com

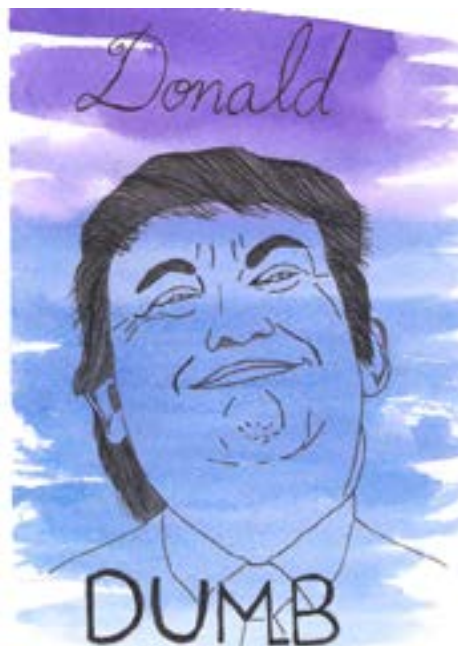
	1		2				
				8	3		
			4	5			1 6
1				3			
						7	2
		9				4	
6	7		5				3
	4	2				6	
			9	7			

			7	6			
	8		4				3
	3					1	9
		8	5	7			
	1	5	3	9			7
		3	8		2		
							9
4		7					5
						8	2

ENIGMA DO MERCEEIRO

Um merceiro tinha um peso de 40 kg que, na sequência de uma queda, se partiu em 4 pedaços. Quando as peças foram pesadas, chegou-se à conclusão que **o peso de cada uma das peças era um número inteiro e que as 4 peças podiam ser usadas para pesar todos os inteiros entre 1 e 40 kg**. Quais eram os pesos de cada pedaço?

Envia as tuas sugestões de resposta para diferencial.ist@gmail.com



Katy...